

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2024

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstrações Contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	08
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	09
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	15
4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS	26
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26
7. PARTES RELACIONADAS	27
8. ATIVOS DE CONTRATO	29
9. FORNECEDORES	29
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30
11. DEBÊNTURES	31
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	33
13. PIS E COFINS DIFERIDOS	34
14. PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS	34
15. DIVIDENDOS A PAGAR	35
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37
18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	38
19. RESULTADO FINANCEIRO	39
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	39
21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	46
22. EVENTOS SUBSEQUENTES	47



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

À Diretoria da
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.
Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 789.800 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de Empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Thiago Alexandre de Souza Silva', written over a faint, stylized blue line graphic.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.168	177	Fornecedores	9	5.548	4.922
Aplicações financeiras	6	38.187	35.460	Empréstimos e financiamentos	10	17.614	16.674
Contas a receber		15.193	13.126	Debêntures	11	7.680	5.739
Serviços pedidos		1.010	260	Dividendos a pagar	15	1.713	1.588
Impostos e contribuições a recuperar		695	695	Impostos e contribuições a recolher		1.801	1.700
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		4.078	11.152	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	12	3.140	4.527
Adiantamento a fornecedores		1.849	1.858	PIS e COFINS diferidos	13	3.295	3.960
Outras contas a receber		1.238	782	Encargos setoriais		1.519	1.202
Ativos de contrato	8	112.642	115.834	Outras contas a pagar		5.426	2.842
Total do ativo circulante		197.060	179.344	Total do passivo circulante		47.736	43.154
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	6	12.398	11.437	Empréstimos e financiamentos	10	304.399	321.121
Impostos e contribuições a recuperar		6	-	Debêntures	11	47.814	51.616
Intangível		321	336	PIS e COFINS diferidos	13	69.761	87.780
Ativos de contrato	8	677.158	654.134	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12	114.789	92.658
Total do ativo não circulante		689.883	665.907	Total do passivo não circulante		536.763	553.175
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16.1	94.888	94.888
				Reserva de lucros	16.2	207.556	154.034
				Total do patrimônio líquido		302.444	248.922
Total do ativo		886.943	845.251	Total do passivo e patrimônio líquido		886.943	845.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	17	7.111	14.198
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	17	127.407	97.985
Receita operacional líquida		134.518	112.183
Custo dos serviços prestados	18	(6.177)	(8.105)
Lucro bruto		128.341	104.078
Despesas gerais e administrativas	18	(1.373)	(1.474)
Outras receitas operacionais, líquidas		16	847
Total de despesas operacionais		(1.357)	(627)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		126.984	103.451
Receitas financeiras	19	8.036	7.503
Despesas financeiras	19	(33.320)	(34.910)
Resultado financeiro		(25.284)	(27.407)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		101.700	76.044
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(3.147)	(4.533)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(22.131)	(8.268)
Impostos sobre o lucro		(25.278)	(12.801)
Lucro líquido do período		76.422	63.243
Lucro líquido do período básico e diluído, por lote de mil ações - R\$		0,74141	0,61356
Quantidade de ações no final do período		103.076	103.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do período	76.422	63.243
Total resultados abrangentes	76.422	63.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>94.888</u>	<u>9.918</u>	<u>44.676</u>	<u>8.217</u>	<u>60.896</u>	<u>5.230</u>	<u>-</u>	<u>223.825</u>
Dividendos adicionais distribuídos 2022		-	-	-	-	-	(5.230)	-	(5.230)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	63.243	63.243
Destinação do lucro									
Reserva legal		-	2.534	-	-	-	-	(2.534)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	12.566	-	-	(12.566)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	-	(1.107)	-	-	-	-	(1.107)
Constituição de reserva para investimento e expansão		-	-	-	-	6.647	-	(6.647)	-
Dividendos intermediários distribuídos		-	-	-	-	(11.500)	-	(19.828)	(31.328)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(481)	(481)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	21.187	(21.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>94.888</u>	<u>12.452</u>	<u>43.569</u>	<u>20.783</u>	<u>56.043</u>	<u>21.187</u>	<u>-</u>	<u>248.922</u>
Dividendos adicionais distribuídos 2023		-	-	-	-	-	(21.187)	-	(21.187)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	76.422	76.422
Destinação do lucro									
Reserva legal	16.2.b	-	3.385	-	-	-	-	(3.385)	-
Reserva de incentivos fiscais	16.2.a	-	-	-	8.719	-	-	(8.719)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	16.2.c	-	-	(1.070)	-	-	-	-	(1.070)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(643)	(643)
Dividendos adicionais propostos	16.2.e	-	-	-	-	-	63.675	(63.675)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>94.888</u>	<u>15.837</u>	<u>42.499</u>	<u>29.502</u>	<u>56.043</u>	<u>63.675</u>	<u>-</u>	<u>302.444</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	76.422	63.243
Ajuste para:		
Amortização do intangível	14	14
Remuneração dos ativos de contrato	(118.629)	(112.615)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	27.078	28.935
Rendimentos de aplicações financeiras	(6.961)	(7.867)
PIS e COFINS diferidos	(18.684)	6.641
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	3.147	4.533
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	22.131	8.268
	<u>(15.482)</u>	<u>(8.848)</u>
Variações em ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber	96.730	88.014
Impostos e contribuições a recuperar	(6)	8
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	5.549	(1.303)
Adiantamento a fornecedores	9	47
Outros ativos circulantes	(1.206)	558
Fornecedores	626	(862)
Impostos e contribuições a recolher	101	67
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	(8)	(13)
Encargos setoriais	317	445
Outras contas a pagar	2.584	1.738
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>89.214</u>	<u>79.851</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	6.961	7.867
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(24.395)	(26.826)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.001)	-
	<u>(20.435)</u>	<u>(18.959)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>68.779</u>	<u>60.892</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicação financeira	(3.688)	(1.536)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(3.687)</u>	<u>(1.536)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(15.561)	(14.909)
Amortização de debêntures	(4.765)	(1.494)
Dividendos pagos	(22.775)	(42.939)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(43.101)</u>	<u>(59.342)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>21.991</u>	<u>14</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	177	163
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>22.168</u>	<u>177</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>21.991</u>	<u>14</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas		
Receita de remuneração de ativos de contrato	118.629	112.615
Receita de operação e manutenção	9.335	16.694
	<u>127.964</u>	<u>129.309</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.677)	(5.948)
	<u>(4.677)</u>	<u>(5.948)</u>
Valor adicionado bruto	<u>123.287</u>	<u>123.361</u>
Amortização	(14)	(14)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>123.273</u>	<u>123.347</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8.422	7.870
	<u>8.422</u>	<u>7.870</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>131.695</u>	<u>131.217</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.334	2.455
Benefícios	145	69
FGTS	78	52
	<u>2.557</u>	<u>2.576</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	19.394	30.484
	<u>19.394</u>	<u>30.484</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	27.199	27.762
Aluguéis	2	4
Despesas financeiras	6.121	7.148
	<u>33.322</u>	<u>34.914</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	64.318	41.496
Lucros retidos	12.104	21.747
	<u>76.422</u>	<u>63.243</u>
Valor adicionado	<u>131.695</u>	<u>131.217</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (“Companhia”), sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A., domiciliada no Brasil, na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Q ST SCS - B, Quadra nº 09, nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 2, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na linha de Transmissão Barreiras II – Buritirama C1, em 500(*) kV, primeiro circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 213(*) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Barreiras II; pela subestação Buritirama, em 500(*) kV.

A Companhia tem prazo de autorização e concessão do poder concedente de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

(*) Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 08/2017 – ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1547/2019, com validade pelo período de seis anos, contados a partir de sua assinatura em 27 de dezembro de 2019, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 12	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 17	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 20	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 – Instrumentos Financeiros.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 - Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir o serviço ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o controle do serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos, sendo revisada prospectivamente ao longo da construção/melhoria da infraestrutura.

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é cumprir é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração de ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3.2 Ativos de contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL, e início da fase de operação. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1 Benefícios fiscais

SUDENE

Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro e do CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza é refletido no resultado do exercício.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para participação nos lucros, honorários e licença prêmio entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração do ativo de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.7.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(c) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Capital social

(a) Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.9 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “Dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.10.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e com vigência a partir de 2024 são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou os normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3.10.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Assuntos regulatórios

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP da Companhia é de R\$ 102.039, homologado pela REH 3.348/2024.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,39% a RAP.

A Companhia tem prazo de duração de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	46	26
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	22.122	151
Total	22.168	177

- (a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 102,71% a.a. do CDI (92,52% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6. Aplicações financeiras

	2024	2023
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	38.187	35.460
Não circulante		
Recursos Vinculados (b)	12.398	11.437
Total	50.585	46.897

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures e CDBs, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL); e
- (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 94,90% a.a. do CDI (101,46% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2024		2023	
			Efeito no resultado		Efeito no resultado
Empresas	Nota	Ativo (Passivo)	(Despesas)	Ativo (Passivo)	(Despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	93	-	96	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	130	-	175	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	51	-	54	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	57	-	62	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	186	-	201	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	15	-	10	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	211	-	183	-
Total		743	-	781	-
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	25	59	12	37
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	33	72	66	52
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	8	21	5	16
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	10	29	8	26
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	11	31	7	21
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	3	7	1	3
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	27	34	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	139	410	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	180	572	-	1
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	36	76	-	2
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	15	34	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	17	36	-	-
Equatorial Transmissão 8 SPE S.A.	(b)	35	67	-	1
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	-	-	-	1
Total		539	1.448	99	160
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	-	-	(4)	(14)
Total		-	-	(4)	(14)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(47)	(206)	(89)	(296)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(23)	(105)	(11)	(117)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(15)	(40)	(10)	(55)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(9)	(34)	(9)	(36)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(16)	(35)	(9)	(42)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(4)	(11)	(3)	(9)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(44)	(66)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	(115)	(296)	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	(55)	(116)	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(315)	(1.339)	(1.100)	(255)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	(23)	(29)	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	(6)	(9)	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	-	-	-	(1)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	(35)	(60)	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	-	-	(1)	(2)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(d)	(1.109)	(3.895)	(1.142)	(4.066)
Total		(1.816)	(6.241)	(2.374)	(4.879)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	(1.713)	-	(1.588)	-
Total		(1.713)	-	(1.588)	-

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Valores referem-se a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Transmissão S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e
- (e) Valor refere-se à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2024 e 2023. A variação está demonstrada na nota explicativa nº 15 Dividendos a pagar.

7.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2024, o pessoal-chave da Administração conta com três membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A. e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 325 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2023).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2 Garantias e fianças

A Equatorial S.A. (1) e Equatorial Transmissão S.A. (2), partes relacionadas da Companhia, prestam garantias como avalista(s) ou fiadora(s) da Companhia com ônus^(*) nos contratos de financiamentos e debêntures, e sem ônus nas apólices de seguros e fianças, conforme abaixo listados:

Instituição	Valor Contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2024 (b)
Banco do Nordeste (BNB) (2)	353.047	100	19/06/2018	15/07/2038	350.060	322.013
1ª Emissão Debêntures Série Única (2)	45.000	100	04/02/2019	15/01/2033	45.000	55.494
Apólices de Seguros (1)	1.356	100	29/04/2024	11/05/2028	N/A	N/A
Total	399.403				395.060	377.507
Fianças (a)						
Fiança Santander (2)	77.622	100	14/11/2024	14/11/2026	N/A	N/A
Fiança Alfa (2)	97.151	100	15/05/2023	11/03/2026	N/A	N/A
Fiança Bradesco (2)	175.288	100	24/07/2023	11/11/2025	N/A	N/A
Total	350.061					

- (a) As fianças bancárias garantem o saldo do BNB; e
- (b) Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação.

^(*) Referente à remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2023	Remuneração (a)	Amortização (b)	2024
Ativos de contrato em serviço	769.968	118.629	(98.797)	789.800
Total	769.968	118.629	(98.797)	789.800
Circulante	115.834			112.642
Não circulante	654.134			677.158

	2022	Remuneração	Amortização	2023
Ativos de contrato em serviço	748.984	112.615	(91.631)	769.968
Total	748.984	112.615	(91.631)	769.968
Circulante	102.657			115.834
Não circulante	646.327			654.134

- (a) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); e
- (b) O saldo decorre da soma da amortização dos ativos de contrato, que ocorrerá até o final da concessão do empreendimento, pelo reconhecimento da RAP faturada mensalmente, cujo valor acumulado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ (108.132); e R\$ 9.335 referente a receita de operação e manutenção.

9. Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Materiais e serviços (a)	5.536	4.907
Partes relacionadas – nota explicativa nº 6	-	4
Encargos de uso da rede elétrica	12	11
Total	5.548	4.922

O saldo de fornecedores R\$ 5.548 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.922 em 31 de dezembro de 2023), não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em um prazo médio de até 38 dias (45 dias em 31 de dezembro de 2023).

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Empréstimos e financiamentos

10.1 Composição dos saldos

			2024		
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	17.742	306.005	323.747
(-) Custo de captação	-	-	(128)	(1.606)	(1.734)
Total empréstimos e financiamentos			17.614	304.399	322.013

			2023		
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	16.802	322.854	339.656
(-) Custo de captação	-	-	(128)	(1.733)	(1.861)
Total empréstimos e financiamentos			16.674	321.121	337.795

10.2 Movimentação dos empréstimos

	Moeda Nacional		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.674	321.121	337.795
Encargos	22.438	-	22.438
Variação monetária e cambial	-	(1)	(1)
Transferências	16.721	(16.721)	-
Amortização de Principal	(15.561)	-	(15.561)
Pagamentos de juros	(22.784)	-	(22.784)
Custo de captação (a)	126	-	126
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.614	304.399	322.013

	Moeda Nacional		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.368	337.018	353.386
Encargos	23.257	-	23.257
Transferências	15.897	(15.897)	-
Amortização de Principal	(14.909)	-	(14.909)
Pagamentos de juros	(24.067)	-	(24.067)
Custo de captação	128	-	128
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.674	321.121	337.795

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	17.614	5%
2026	17.913	6%
2027	18.810	6%
2028	19.758	6%
2029	20.763	7%
Até 2038	228.761	71%
Subtotal	306.005	96%
Custo de captação (Não circulante)	(1.606)	-1%
Não circulante	304.399	95%
Total	322.013	100%

10.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

11. Debêntures

11.1 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.739	51.616	57.355
Encargos	2.735	-	2.735
Transferência	5.440	(5.440)	-
Amortização do principal	(4.765)	-	(4.765)
Pagamento de juros	(2.735)	-	(2.735)
Variação monetária	1.074	1.638	2.712
Custo de captação (a)	192	-	192
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.680	47.814	55.494

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.506	53.552	56.058
Encargos	2.762	-	2.762
Transferência	3.352	(3.352)	-
Amortização do principal	(1.494)	-	(1.494)
Pagamento de juros	(2.759)	-	(2.759)
Variação monetária	1.181	1.416	2.597
Custo de captação	191	-	191
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.739	51.616	57.355

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11.2 Características das Debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	2024		
								Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	7.680	47.814	55.494

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie quirografária
- (5) Debêntures incentivadas
- (6) Garantia adicional fidejussória

- (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

11.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	7.680	14%
2026	5.596	10%
2027	5.908	11%
2028	6.870	12%
2029	6.714	12%
Até 2033	24.114	44%
Subtotal	49.202	89%
Custo de captação (Não circulante)	(1.388)	-3%
Não circulante	47.814	86%
Total	55.494	100%

11.4 Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação às demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2024; e
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação às demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Covenants debêntures

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0

1ª debêntures

3,4
3,7

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

12.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada conforme a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	101.700	101.700	76.044	76.044
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(25.425)	(9.153)	(19.011)	(6.844)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	434	146	365	123
IRPJ Subvenção Governamental (a)	8.719	-	12.566	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	1	-	-
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(16.272)	(9.006)	(6.080)	(6.721)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	16%	9%	8%	9%
IRPJ e CSLL correntes	-	(3.147)	-	(4.533)
IRPJ e CSLL diferido	(16.272)	(5.859)	(6.080)	(2.188)

(a) Conforme nota explicativa nº 3.4 - Subvenções e assistências governamentais.

12.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024			
	2023	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	934	-	934	934
Custo de construção - CPC 47	(93.660)	(22.124)	(115.784)	-
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	68	(7)	61	61
Total	(92.658)	(22.131)	(114.789)	995 (115.784)

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

12.3 Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2025, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2025	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	995	995

13. PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2024	2023
Base de cálculo da receita		
Receita de remuneração dos ativos de contrato	118.629	112.615
	118.629	112.615
PIS/COFINS sobre as receitas do período (9,25%) (i)	10.973	10.417
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	(29.657)	(3.776)
Saldo no início do período (iii)	91.740	85.099
Saldo no final do período (i + ii +iii)	73.056	91.740
Circulante	3.295	3.960
Não circulante	69.761	87.780

- (a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da receita (RAP) mensal. Para mais detalhes, vide nota explicativa 17 – Receita operacional líquida.

14. Provisão para riscos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

14.1 Tributárias

A Companhia figura como ré em 3 processos em 31 de dezembro de 2024 (1 em 31 de dezembro de 2023) de contingências tributárias, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 624 (R\$ 584 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	76.422	63.243
(-) Reserva legal	(3.385)	(2.534)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(8.719)	(12.566)
Lucro líquido ajustado	64.318	48.143
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios	643	481
Dividendos adicionais:		
Realização da reserva de lucros a realizar	1.070	1.107
Dividendos adicionais propostos	63.675	21.187
Dividendos intermediários distribuídos - Lucros acumulados	-	19.828
Dividendos intermediários distribuídos - Reserva para investimento e expansão	-	11.500
Total dividendos	65.388	54.103

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.381
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	5.230
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	481
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	31.328
Dividendos da reserva de lucro a realizar	1.107
Pagamento de dividendos no exercício	(42.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.588
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	21.187
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	643
Dividendos da reserva de lucro a realizar	1.070
Pagamento de dividendos no exercício	(22.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.713

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito era de R\$ 103.076 e totalmente integralizado era de R\$ 94.888.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital estava representado por 103.075.805 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16.2 Reserva de lucros

	Nota	2024	2023
Reserva de incentivos fiscais	(a)	29.502	20.783
Reserva legal	(b)	15.837	12.452
Reserva de lucros a realizar	(c)	42.499	43.569
Reserva para investimento e expansão	(d)	56.043	56.043
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	63.675	21.187
Total		207.556	154.034

(a) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era de R\$ 29.502 (R\$ 20.783 em 31 de dezembro de 2023), a movimentação do exercício de R\$ 8.719 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2024 (R\$ 12.566 no exercício de 2023).

(b) Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal correspondia a R\$ 15.837 (R\$ 12.452 em 31 de dezembro de 2023).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	76.422	63.243
(-) Reserva de incentivo fiscal	(8.719)	(12.566)
Lucro ajustado	67.703	50.677
(-) Reserva legal (5%)	3.385	2.534

(c) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de lucros a realizar era de R\$ 42.499 (R\$ 43.569 em 31 de dezembro de 2023). No exercício de 2024 houve realização da reserva no montante de R\$ 1.070 (R\$ 1.107 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	43.569	44.676
Realização	(1.070)	(1.107)
Saldo final em 31 de dezembro	42.499	43.569

(d) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 33, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva para investimento e expansão era de R\$ 56.043 (R\$ 56.043 em 31 de dezembro de 2023).

(e) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 26 de março de 2025, conforme divulgado em nota explicativa nº 22 – Eventos subsequentes, foi aprovada a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 63.675 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 21.187 em 31 de dezembro de 2023).

17. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita de implementação de infraestrutura e outras		
Receita de operação e manutenção (a)	9.335	16.694
	<u>9.335</u>	<u>16.694</u>
Deduções da receita		
PIS/COFINS corrente	(779)	(1.184)
Encargos do consumidor (b)	(1.445)	(1.312)
	<u>(2.224)</u>	<u>(2.496)</u>
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	<u>7.111</u>	<u>14.198</u>
Receita de remuneração de ativos de contrato		
Remuneração de ativos de contrato (c)	118.629	112.615
PIS/COFINS corrente	(9.906)	(7.990)
PIS/COFINS diferidos (d) (e)	18.684	(6.640)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	<u>127.407</u>	<u>97.985</u>
Receita operacional líquida	<u>134.518</u>	<u>112.183</u>

- (a) A receita de Operação e Manutenção (O&M) é proveniente dos serviços prestados para a manutenção e operação do ativo de contrato da transmissora. A receita é reconhecida e mensurada com base nos custos incorridos do período e na margem de lucro esperada para a obrigação de desempenho conforme contrato;
- (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;
- (c) Remuneração financeira é proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº 8 – Ativos de contrato;

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (d) O total de PIS e COFINS diferidos sobre a receita, para fins de ICPC 01, é de R\$ 18.684 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.640 em 31 de dezembro de 2023); e
- (e) O efeito líquido positivo de PIS e COFINS diferidos no montante de R\$ 18.684, considera (i) reconhecimento de despesa no valor de R\$ 4.534 e (ii) reavaliação da estimativa de amortização do PIS e COFINS diferidos realizada ao longo de 2024, que resultou no impacto positivo de R\$ 23.218 no resultado.

17.1 Margens das obrigações de *performance*

	2024	2023
Operação e manutenção		
Receita, líquida de PIS e COFINS	8.556	15.510
Custo	(5.863)	(7.730)
Margem (R\$)	2.693	7.780
Margem percebida (%) (*)	31.47%	50.16%
Margem orçada no início do contrato	10,60%	10,60%

(*) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento.

18. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	(2.037)	(20)	(2.057)	(784)
Material	(58)	-	(58)	-
Serviços de terceiros	(3.768)	(206)	(3.974)	(504)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	(2)
Amortização do ativo intangível	-	(14)	(14)	-
Outros	-	(74)	(74)	(83)
Total	(5.863)	(314)	(6.177)	(1.373)

	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	(2.019)	(1)	(2.020)	(746)
Material	(216)	-	(216)	-
Serviços de terceiros	(5.495)	(360)	(5.855)	(661)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	(4)
Amortização do ativo intangível	-	(14)	(14)	-
Outros	-	-	-	(63)
Total	(7.730)	(375)	(8.105)	(1.474)

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira (a)	6.961	7.867
PIS/COFINS sobre receita financeira	(386)	(367)
Variação monetária da dívida	121	-
Outras receitas financeiras	1.340	3
Total de receitas financeiras	8.036	7.503
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (b)	(24.367)	(25.165)
Variação monetária da dívida	(2.832)	(2.597)
Despesas Financeiras com P&D	52	(159)
Outras despesas financeiras	(6.173)	(6.989)
Total de despesas financeiras	(33.320)	(34.910)
Resultado financeiro	(25.284)	(27.407)

- (a) A redução nos rendimentos sobre aplicações financeiras deve-se, principalmente, em função da queda do CDI, que acumulou em 2023, a taxa de 13,04%, e acumulou em 2024, a taxa de 10,88%; e
- (b) A diminuição nos encargos da dívida ocorreu em função da redução do saldo da dívida em 4,5% na comparação entre 2024 e 2023.

20. Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 10.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 11.4 – *Covenants* das debêntures.

20.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro 2024 e 2023, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa - Depósitos bancários	-	Custo amortizado	46	46	26	26
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	22.122	22.122	151	151
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	50.585	50.585	46.897	46.897
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	15.193	15.193	13.126	13.126
Total do ativo			87.946	87.946	60.200	60.200

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.548	5.548	4.922	4.922
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	322.013	323.747	337.795	339.657
Debêntures	2	Custo amortizado	55.494	55.810	57.355	67.571
Total do passivo			383.055	385.105	400.072	412.150

Caixa – Depósitos bancários – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais (custo amortizado). Para equivalentes de caixa, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo.

Equivalente de caixa (fundo de investimentos) - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Contas a receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;

Empréstimos e financiamentos – tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Debêntures – são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

20.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 22.168 (R\$ 177 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão RAP é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 10 – Empréstimos e financiamentos e nº 11 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2024						
	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	322.013	456.620	5.933	40.036	33.537	98.325	278.789
Títulos de dívida emitidos com garantia	55.494	77.438	4.624	4.528	8.136	27.283	32.867
Fornecedores	5.548	5.548	5.548	-	-	-	-
Total	383.055	539.606	16.105	44.564	41.673	125.608	311.656

(*) os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.4 - *Covenants*, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

			Impacto no resultado				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	72.707	83.911	86.712	89.513	81.110	78.309
Impacto no resultado				2.801	5.602	(2.801)	(5.602)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
	IPCA	(380.822)	(405.347)	(411.478)	(417.609)	(399.216)	(393.084)
Total de passivos financeiros		(380.822)	(405.347)	(411.478)	(417.609)	(399.216)	(393.084)
	IPCA			(6.131)	(12.262)	6.131	12.262
Impacto no resultado				(6.131)	(12.262)	6.131	12.262
Efeito líquido no resultado				(3.330)	(6.660)	3.330	6.660
			Taxa projetada 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada					
CDI (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
IPCA (%12 meses)		6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

Fonte: B3.

(d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 10 – Empréstimos e financiamentos e 11 – Debêntures.

(e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 905/2020 que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

(g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

(h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia entende que estruturou as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures.

21. Demonstração dos fluxos de caixa

21.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Atividades de financiamento	Efeito não caixa
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	643
Realização da reserva de lucros a realizar	1.070
Total	1.713

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

21.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2023	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2024
Empréstimos e financiamentos	337.795	(15.561)	(21.660)	21.439	322.013
Debêntures	57.355	(4.765)	(2.735)	5.639	55.494
Dividendos a pagar	1.588	(22.775)	-	22.900	1.713
Total	396.738	(43.101)	(24.395)	49.978	379.220

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas.

22. Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 63.675, decorrentes do resultado do exercício.

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842/O-3 S-DF

Relatório da Administração

A Administração da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 02"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, apresentamos também a DVA (Demonstrações do Valor Adicionado) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1. Mensagem do Presidente

Em 2024 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1,180 bilhão.

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 2,342 bilhões, aumento de 19% em relação a 2023. O Lucro Líquido de 2024 foi de R\$ 774 milhões, uma variação positiva de 54% em comparação ao ano anterior.

O investimento em 2024, atingiram a marca R\$ 24 milhões em transmissão e R\$ 310 Milhões em renováveis, predominantemente referente ao término das obras das usinas fotovoltaicas Ribeiro Gonçalves e Barreiras.

Os resultados de 2024 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2025. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados.

2. ESG – Relatório de Administração EQTL Transmissão

O **Jornada de Segurança**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:

- **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local.

Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua.

Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa

rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

3. Cenário

A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: consistente na Linha de Transmissão Barreiras II - Buritirama, em 500 kV – com extensão aproximada de 213 quilômetros; (b) pela subestação Buritirama, em 500kV.

O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 9 municípios dos Estados da Bahia e Piauí: Buritirama, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Dirceu Arcoverde, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova.

Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP (Receita Anual de Permitida) da Companhia é de R\$ 102.039 milhões, homologado pela REH 3.348/2024

A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial.

4. Andamento do Projeto

A SPE 02 está com todos os seus ativos em Operação desde o início de 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 05 de fevereiro de 2020, completando 100% de ativos em Operação Comercial.

5. Investimentos

Os investimentos em 2024 totalizaram R\$ 1,02 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

6. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2024 foi de R\$ 134,52 milhões

Custos e despesas operacionais

No ano de 2024, o total de custos e despesas, foi de R\$ 7,52 milhões.

EBITDA

Em 2024, o EBITDA Societário atingiu R\$ 127,00 milhões.

Resultado financeiro

Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 25,28 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 25,28 milhões.

Benefícios Fiscais

Em 21 de outubro de 2020, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2021 a 2030.

Lucro líquido

Em 2024, a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 76,42 milhões.

Endividamento

No fechamento de 2024, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 377,51 milhões. As dívidas da SPE 02 têm um perfil confortável de vencimentos, com apenas 6,70% em curto prazo.

Relacionamento com auditores externos

A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2024 para outros serviços.

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

* * *

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC-MA 011842/O-3 S-DF